ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO PERÍODO DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES TOMADAS PELO GOVERNO PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

TYFFANY HONÓRIO JEREMIAS

E-mail: tyffany.honorio@unesp.br
Telefone: (11) 9 8151-3682

Relatório final de pesquisa desenvolvida com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro (SP).

RIO CLARO
2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 3
2. UMA BREVE HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL..... 5
3. AS UNIVERSIDADES ANALISADAS..... 7
4.1. UFABC..... 7
4.2. UFSCAR..... 8
4.3. UNIFESP..... 9
4. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA DAS UNIVERSIDADES ESTUDADAS..... 10
5.1. UFABC..... 10
5.2. UFSCAR..... 10
5.3. UNIFESP..... 12
5. AÇÕES DAS UNIVERSIDADES PARA COM OS ALUNOS DE PERMANÊNCIA DURANTE A PANDEMIA..... 14
6.2. UFSCAR..... 15
6.3. UNIFESP..... 17
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 18
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 21d

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação superior no Brasil passou por uma série de reformas que alteraram seu quadro. Entre avanços e retrocessos, houve certa democratização do acesso à universidade pública com diferentes políticas de inclusão, acesso e permanência de estudantes brasileiros, como a Lei de as diretrizes e bases da educação nacional; o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), em 2001; o Programa Universidade Para Todos (Prouni), em 2005, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), entre outros, surgidos após, além dos específicos das próprias universidades.

O processo de democratização da educação superior busca tornar o acesso à universidade um direito universal, não mais reservado apenas às elites. Isso implica considerar a educação superior como um bem público, acessível a todos, e priorizar a educação como um direito social fundamental na sociedade brasileira (MEC, 2014). De acordo com o Censo da Educação Superior (2022), o número de matrículas no ensino superior no Brasil aumentou consideravelmente no período de 1995 a 2020. Em 1995, havia cerca de 2,2 milhões de matrículas em instituições de ensino superior no país. Em 2020, esse número havia crescido para aproximadamente 9,1 milhões de matrículas, representando um aumento significativo ao longo desses 25 anos. Esses números foram resultantes de algumas políticas públicas, como o PROUNI nas instituições privadas e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), para as instituições públicas federais.

Apesar disso, a simples ampliação do acesso à educação superior aos jovens oriundos de classes populares não garante a continuidade e sucesso nesse nível de ensino. A maioria deles se desloca para outras cidades e estados e não possuem o apoio financeiro de suas famílias, tendo que se dedicar, simultaneamente, a vínculos empregatícios que lhes garantam uma renda mínima para custear sua vida pessoal e universitária. Por isso, muitos acabam optando por cursos e turnos que possibilitem a inserção em uma atividade econômica em paralelo (Paula, 2017). Por este motivo, se considera que as políticas públicas de acesso e inclusão de jovens de classes populares ainda é limitada e ineficiente e que o processo de democratização é parcial, necessitando de ações urgentes para a efetivação de seus objetivos.

Com o confinamento no Brasil em março de 2020, resultado da pandemia da COVID-19, as profundas desigualdades do país tornaram-se ainda mais evidentes, especialmente no que diz respeito às políticas de assistência estudantil. À medida que a crise se estendeu, houve a necessidade de prolongar os períodos de isolamento, levando à rápida implementação de medidas de saúde tanto dentro quanto fora das universidades, com o objetivo de mitigar a propagação do vírus. Nesse contexto, o MEC estabeleceu diretrizes para a retomada das atividades escolares. Cada universidade assumiu a responsabilidade de elaborar seu próprio plano de contingência, visando prevenir e minimizar os impactos do novo coronavírus na comunidade acadêmica e na população em geral (Moraes, *et al*., 2023).

Este estudo investiga as políticas de assistência estudantil adotadas pelas universidades federais do Estado de São Paulo durante a pandemia da COVID-19. Os objetivos gerais do trabalho incluem a análise das políticas de assistência estudantil, enquanto os objetivos específicos são: compreender as ações de assistência estudantil implementadas pelas universidades federais do Estado de São Paulo; investigar e descrever as ações específicas de assistência estudantil realizadas durante a pandemia e verificar as medidas tomadas para facilitar o acesso dos estudantes à tecnologia, internet e apoio à saúde mental. Para atender aos objetivos, serão analisadas leis do governo federal e documentos oficiais das universidades federais de São Paulo. A pesquisa envolve análise de documentos que detalham ações como distribuição de recursos financeiros, assistência alimentar, suporte psicológico, entre outros. O estudo busca entender como as universidades garantiram o acesso dos estudantes considerando os desafios psicológicos decorrentes da pandemia.

A pesquisa bibliográfica é necessária num projeto onde não se possui dados suficientes para que seu problema seja respondido, ou em situações onde tal informação não está claramente ligada ao problema (Gil, 2002). A pesquisa documental, similar à pesquisa bibliográfica, difere na fonte das informações utilizadas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se apoia em obras de autores sobre um tema, a pesquisa documental usa materiais não analisados ou que podem ser adaptados para a investigação (Gil, 2008). Essa abordagem permitirá obter informações detalhadas sobre as políticas de assistência estudantil durante a pandemia, incluindo medidas específicas relacionadas ao acesso à tecnologia, internet e apoio à saúde mental

2. UMA BREVE HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

O projeto de instrução no Brasil era fortemente segregado e tinha sempre como prioridade, as elites brancas. Conforme Teixeira (1989), a educação dos indígenas — caso não eram escravizados —, ocorria por meio da evangelização nos aldeamentos, sob a supervisão dos jesuítas. Os escravos, por sua vez, eram educados pelo trabalho forçado e vivência nas senzalas. Enquanto isso, os brancos recebiam uma educação de alta qualidade, fundamentada no conhecimento greco-latino medieval, com uma interpretação teológica ou aristotélico-tomista. De acordo com Ribeiro (2006), a sociedade resultante após a abolição da escravatura apresentava tremenda desigualdade ao expor a incapacidade dos ex-escravizados de assegurar um padrão de vida, mesmo que simples, para a maior parte da população; a incapacidade governamental de gerar uma cidadania livre e, consequentemente, a impossibilidade de construir-se uma vida democrática, o que se reflete até os dias atuais.

Em relação às políticas de assistência estudantil no Brasil, essas datam da década de 30, no governo de Getúlio Vargas, onde se implementou a Lei Orgânica do Ensino Superior na Constituição de 1934, que assegurou a obrigatoriedade da assistência educacional como responsabilidade de cada sistema de ensino e abrangendo materiais didáticos, bolsa de estudos, subsídio dentário, de alimentação e lazer (Brasil, 1934).

Vasconcelos (2010) afirma que o período das décadas de 50 a 70 foi marcado por sua grande ampliação na construção de universidades, sendo pelo menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e privadas no país, o que resultou no aumento da oferta de vagas, que chegou a cerca de 300 mil. Essa expansão evidenciou a necessidade de uma discussão acerca do atendimento aos estudantes de baixa renda, que se organizaram conjuntamente ao movimento estudantil para reivindicar seus direitos e levarem as universidades a se responsabilizarem pelo cuidado periódico de seus estudantes que não possuíam recursos para se manter durante a graduação (Sousa, 2005).

Durante o período de redemocratização do país, vigorou a Constituição Cidadã de 1988, documento importante para a área da educação no sentido de consolidar o direito de todos ao ensino e que, mesmo não tratando especificamente da educação superior, abriu caminhos para se legitimar a necessidade da permanência estudantil no ambiente universitário (Dutra; Santos, 2017). Já na década de 1990, durante o governo de

Fernando Henrique Cardoso, cujas bases governamentais se concentravam na privatização de serviços e organizações, se concretizou o processo de mercantilização da educação com o propósito de atender a necessidade de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho por via consumista, como aponta Sanches (2013). Neste mesmo período, vigorou a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996, que auxiliou no aumento do acesso ao ensino superior em universidades privadas no país, e que, apesar de seu caráter liberal, abriu algum espaço para que fossem formuladas novas e melhoradas condições de ingresso e permanência nas Instituições de Ensino Superior, sempre com o apoio e pressão dos movimentos estudantis (Dutra; Santos, 2017).

O crescimento das universidades no país se manteve nos anos 2000, com a criação de um plano de ampliação do acesso ao ensino superior público através de diversas ações afirmativas para a educação, dentre elas destacando-se: o REUNI, que tem como objetivo o aumento das vagas de ingresso em universidades públicas e o PNAES, que se desenvolve pela manutenção do apoio a um ensino superior democrático e institucionalizando a permanência (Santiago, 2014).

De 2010 a 2021, o orçamento do MEC destinado às universidades federais diminuiu 37%. Em termos corrigidos pela inflação, o orçamento de 2010 equivaleria a R$7,1 bilhões, enquanto em 2020 e 2021, durante os primeiros anos da pandemia, foram alocados apenas R$5,5 bilhões e R$4,5 bilhões, respectivamente. Esse corte de recursos afetou cerca de 70 mil projetos de pesquisa, incluindo dois mil relacionados à pandemia, e teve impacto nos serviços públicos, como água e luz, contratos de segurança e, consequentemente, na assistência e na permanência estudantil. É fundamental garantir os direitos dos estudantes que dependem do apoio do Estado nas Instituições de Ensino Superior, apesar das mudanças na gestão, que valorizam mais a formação para o mercado de trabalho em detrimento da produção e disseminação do conhecimento. Embora tenha havido melhorias na política de permanência estudantil ao longo dos anos, cortes contínuos na educação superior também indicam retrocessos.

3. AS UNIVERSIDADES ANALISADAS

As universidades federais do Brasil possuem um papel fundamental na oferta de educação de qualidade em diversas áreas de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento social, científico, tecnológico e cultural do Brasil. Até o momento, há 69 universidades federais divididas pelas cinco regiões do país. A região sudeste é a segunda em número de universidades, comportando 19 universidades — ficando atrás apenas da região nordeste, com 20 unidades. O Estado de São Paulo destaca-se como uma das regiões mais desenvolvidas e populosas do Brasil, e também é reconhecido por abrigar três das principais universidades federais do país: a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Essas universidades são referência em excelência acadêmica e oferecem cursos diversificados, atendendo a uma ampla gama de áreas do conhecimento.

A Universidade Federal do ABC, UFABC, estabelecida em 2005 por meio do Projeto de Lei nº 3962/2004 e posteriormente sancionada como Lei Nº 11.145 em 2005, é conhecida por seu modelo pedagógico inovador, integrando ciências naturais, sociais e humanidades, além de contar com um corpo docente de destaque em diversas áreas.

A Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, fundada em 1968, consolidou-se como a primeira instituição federal de ensino superior com sua sede no interior do Estado de São Paulo, após o Decreto nº 99.740 de 1990. Atualmente, a universidade destaca-se em ciências exatas, ciências biológicas, engenharias e ciências humanas, oferecendo uma ampla variedade de cursos.

A Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, teve origem como a Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1933, tornando-se uma universidade federal em 1994 com a promulgação da lei nº 8.957. A UNIFESP ampliou suas áreas de atuação, que antes tinham como foco a área da saúde e expandiu suas atividades como universidade federal.

4.1. UFABC

Segundo o portal oficial da universidade na íntegra, o comprometimento que foi considerado indispensável pela UFABC é a recuperação do conhecimento científico e a revelação da beleza intrínseca aos mistérios da natureza, que são ocultos em um objeto

matemático. Essa iniciativa objetiva demonstrar que o saber não deve ser ligado apenas a quando há demanda do mercado de trabalho, mas, principalmente, à evolução e iluminação do espírito humano. Com campi localizados em duas cidades do ABC Paulista, a UFABC tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da região, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para a promoção da pesquisa e da inovação (UFABC, 2023).

A estrutura do campus de Santo André conta com seis blocos — além do estacionamento e o bloco anexo —, totalizando cerca de 96.409,03 m² de área arquitetada em sua sede. Quanto à estrutura do câmpus de São Bernardo do Campo, esta teve sua construção concluída no ano de 2013 e conta com oito blocos — além do estacionamento e do bloco Épsilon, que abriga a portaria central — e uma organização de 120.349,73 m² (UFABC, 2023).

4.2. UFSCAR

A UFSCar possui um campus principal localizado em São Carlos, que abriga a maioria dos cursos e unidades acadêmicas. Esse campus possui uma área total de 6.450.000 m² e abriga uma ampla gama de instalações, incluindo laboratórios, biblioteca, ambulatório, teatros, anfiteatros, auditórios, um ginásio, um parque esportivo, quadras esportivas, piscinas, um restaurante universitário, lanchonetes, 124 salas de aula e 575 vagas de moradia estudantil interna. O câmpus de Araras foi fundado em 1991 e possui uma área de 2.300.000 m².Por sua vez, o Campus Sorocaba abrange uma área de mais de 700.000 m² e dispõe de 44 laboratórios, uma biblioteca, um ambulatório, dois auditórios, uma quadra esportiva, um restaurante universitário e uma lanchonete. Além disso, conta com 29 salas de aula, um campo de futebol com pista de atletismo e 86 vagas em sua moradia estudantil. O Campus Lagoa do Sino é o mais recente, sendo criado em 2012.

A universidade desempenha um papel importante no desenvolvimento regional, na formação de profissionais qualificados, e possui uma história marcada pelo compromisso com a qualidade acadêmica e contribuição para o desenvolvimento educacional e científico do Brasil, sendo reconhecida pelo elevado grau de qualificação de seus professores, possuindo 99,8% de profissionais com titulação de doutorado ou mestrado (UFSCar, 2018).

4.3. UNIFESP

Até o ano de 2005, a Unifesp tinha uma orientação principalmente voltada para a formação de profissionais e pesquisadores na área da saúde, com suas atividades focadas nas Escolas Paulistas de Medicina e Enfermagem (EPM e EPE), ambas localizadas na cidade de São Paulo. No entanto, com o financiamento proveniente do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a instituição conseguiu estabelecer cinco novas unidades localizadas nas cidades de: Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco e São José dos Campos. Esse esforço resultou na expansão significativa do número de cursos de graduação, crescendo de 5 para 52 programas acadêmicos. Além disso, as vagas de ingresso aumentaram consideravelmente, passando de 300 para 3.600, enquanto o número de alunos matriculados em cursos de graduação cresceu de 1.500 para 13.000. Também houve uma ampliação na disponibilidade de turnos de funcionamento, que anteriormente se restringiam a cursos integrais, e passaram a incluir opções nos períodos matutino, vespertino e noturno (Cespedes, et al., 2021)

Segundo o Índice Geral de Cursos (IGC) — indicador anual de qualidade que avalia as instituições de ensino superior —, a Unifesp alcançou a pontuação mais alta (5) nas últimas cinco avaliações consecutivas. Até os dias atuais, a universidade continua a desempenhar um papel importante na formação de profissionais e no avanço do conhecimento em diversas áreas do saber (UNIFESP, 2014).

4. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA DAS UNIVERSIDADES ESTUDADAS

5.1. UFABC

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) é uma instância da Reitoria da UFABC responsável por desenvolver, propor, avaliar e implementar políticas afirmativas e iniciativas relacionadas aos assuntos comunitários da instituição. Dentre as suas atribuições, a ProAP é encarregada de formular diretrizes e propostas que visem promover a inclusão, a equidade e o combate às desigualdades dentro da universidade. Com a sua atuação, a ProAP visa tornar a UFABC um espaço inclusivo, reduzindo as desigualdades sociais e oportunizando a formação acadêmica de indivíduos que podem impactar positivamente a sociedade em diversas esferas, ao mesmo tempo que valoriza a diversidade e promove a justiça social (PRoAP, 2023).

A UFABC oferta algumas bolsas e auxílios para impulsionar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. São eles: o Auxílio Permanência, que é um auxílio financeiro destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no valor de quatrocentos reais; o Auxílio Moradia, que é destinado a estudantes que necessitam de apoio financeiro para custear despesas relacionadas à moradia. O repasse é de trezentos reais e visa garantir que os estudantes tenham condições adequadas de moradia durante o período de estudos na universidade; o Auxílio Alimentação, que consiste no oferecimento de 15 a 40 refeições gratuitas no Restaurante Universitário (RU) da universidade; o Auxílio Transporte, que tem o objetivo de auxiliar os estudantes com os gastos relacionados ao deslocamento até a instituição e o Auxílio Creche para estudantes que possuem filhos de zero a seis anos de idade e necessitam de auxílio financeiro para custear despesas com creche ou instituição de educação infantil e serviços de apoio em questões pessoais, institucionais, sociais, entre outros aspectos.

5.2. UFSCAR

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) visa garantir equidade nas oportunidades em relação ao exercício das atividades acadêmicas. Para isso, ela institucionaliza programas que promovam a permanência de estudantes que estejam em situações de vulnerabilidades, contribuindo para o sucesso acadêmico deste grupo de estudantes e com a redução dos índices de retenção e de evasão (ProACE,

2023). Por ter uma extensa gama de auxílios, estes foram distribuídos em tópicos para facilitar a interpretação do leitor. São as bolsas e auxílios da UFSCar:

- **Bolsa Atividade:** a finalidade desta bolsa é integrar o estudante às atividades acadêmicas e administrativas da instituição, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento pleno de suas habilidades e competências.
- **Bolsa Alimentação:** tem como objetivo fornecer ao estudante duas refeições diárias gratuitas (almoço e jantar) nos dias e horários de funcionamento dos restaurantes universitários dos campi correspondentes. Essa iniciativa visa garantir a segurança alimentar dos estudantes durante o período de estudos.
- **Auxílio Alimentação Emergencial**: é um benefício de R$140,00 mensais para custear o café da manhã de estudantes do Programa de Assistência Estudantil, que não é servido pelo Restaurante Universitário.
- **Bolsas Moradia:** A Bolsa Moradia abrange diferentes formas de apoio aos estudantes, dentre eles estão a Bolsa Moradia Vaga, que é o fornecimento de vagas em moradias internas localizadas no campus e externas alugadas pela UFSCar; a Bolsa Moradia em Espécie, que consiste em um auxílio de R$350,00 mensais para o custeio da moradia do estudante e, por fim, a Bolsa Moradia mãe/pai, que é o auxílio de R$ 550,00 mensais para estudantes com filhos/as de até 5 anos e 11 meses ou com deficiência.
- **Auxílio Transporte:** esse auxílio consiste em um subsídio para o transporte coletivo durante os dias letivos, com o objetivo de ajudar os estudantes a se deslocarem dos locais de residência distantes dos campi até a universidade.
- **Bolsa Emergencial:** é um programa direcionado aos estudantes de outros estados que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, impedindo-os de arcar com os custos iniciais de moradia e alimentação. O objetivo é garantir que esses estudantes tenham condições mínimas de bem-estar durante o processo de adaptação e regularização de sua situação socioeconômica na instituição de ensino.
- **Bolsa Auxílio Pré-Escolar:** consiste numa bolsa de R$408,00 mensais para colaborar com os custos da educação infantil de filhos/as de até 5 anos e 11 meses ou com deficiência, para estudantes do Programa de Assistência Estudantil.
- **Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes):** o programa visa proporcionar condições favoráveis de estudo e auxílio financeiro aos estudantes estrangeiros, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. Além disso, o

Promisaes busca promover a troca de conhecimento e experiências entre os estudantes estrangeiros e a comunidade acadêmica brasileira, fortalecendo os laços culturais e educacionais entre o Brasil e outros países.

- **Bolsa PIAPE:** é um auxílio de R$300,00 mensais para estudantes do Programa de Assistência Estudantil atuarem em projetos artísticos, culturais, esportivos ou de lazer que promovam a saúde e fortaleçam os laços com a universidade.
- **Bolsa PAEIQ:** é um financiamento de R$300,00 mensais para estudantes indígenas ou quilombolas do Programa de Assistência Estudantil que tiveram a bolsa permanência do MEC revogada.
- **Bolsa PAPEL:** é um auxílio de R$200,00 mensais para estudantes do Programa de Assistência Estudantil atuarem em atividades esportivas e de lazer coordenadas pela ProACE.
- **Bolsa PACUPIA:** prevê bolsas de R$300,00 mensais para estudantes do Programa de Assistência Estudantil atuarem em projetos de inclusão e acessibilidade coordenados pela ProACE e SAADE.
- **Auxílio Inclusão e Acessibilidade:** é uma bolsa de R$900,00 em parcela única para estudantes com deficiência de graduação e pós-graduação que participem de processo seletivo específico.
- **Auxílio para cuidados com a saúde:** consiste num auxílio emergencial e temporário para colaborar com os custos dos cuidados com a saúde de estudantes de graduação e pós-graduação.
- **Programa Bolsa Permanência (PBP):** oferece auxílio financeiro exclusivamente para estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação presenciais. Ele tem como objetivo garantir condições para que os estudantes foco do programa possam dar continuidade aos estudos universitários, de modo a promover a inclusão desses grupos historicamente marginalizados.

5.3. UNIFESP

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas (Praepa) é responsável por elaborar e implementar medidas e ações institucionais voltadas para facilitar o acesso, a permanência e a conclusão das atividades acadêmicas dos estudantes de graduação, pós-graduação *stricto sensu* e residência da UNIFESP

(Praepa, 2014). Entre as Políticas Afirmativas, a Praepa desempenha o papel de coordenar ações em conjunto com outras pró-reitorias e instâncias da Unifesp com o objetivo de implementar as políticas de acessibilidade e inclusão, a promoção da equidade étnico-racial e o combate ao racismo, além de iniciativas voltadas para a promoção da equidade de gênero e diversidade sexual (Praepa, 2014).

A UNIFESP disponibiliza alguns auxílios financeiros para apoiar os alunos de permanência estudantil. As iniciativas nesse sentido incluem: o Programa Auxílio para Estudantes, que é uma iniciativa da Unifesp que visa proporcionar suporte financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação em todos os campi da universidade, garantindo a permanência desses estudantes e promover seu pleno aproveitamento durante sua formação acadêmica; o Auxílio-creche, que visa apoiar os estudantes que têm responsabilidades parentais, facilitando o acesso a serviços de cuidado e educação infantil para seus filhos(as). Esse suporte permite que os estudantes possam se dedicar aos estudos, sabendo que seus filhos(as) estão em um ambiente adequado e seguro durante o período em que estão na universidade. A universidade possui um outro tópico a respeito de auxílios para o ensino superior, porém, por não ser o foco principal do presente trabalho, este não será aprofundado. Além disso, a Unifesp, assim como a UFSCar, oferece o acesso ao Programa Bolsa Permanência (PBP) e ao Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), que foram mencionados anteriormente neste trabalho.

5. AÇÕES DAS UNIVERSIDADES PARA COM OS ALUNOS DE PERMANÊNCIA DURANTE A PANDEMIA

É importante ressaltar também, além das ações específicas para a assistência estudantil, a produção de pesquisa pelos acadêmicos, não apenas das três universidades aqui estudadas, como também de todas as instituições federais de ensino superior brasileiras. As pesquisas conduzidas pelas organizações federais não apenas beneficiam os estudantes internamente, mas também contribuem para o conhecimento global sobre os impactos da pandemia na educação superior e na saúde mental dos estudantes. Isso pode levar a abordagens mais informadas e eficazes em todo o setor educacional.

No Estado de São Paulo, a UNIFESP desenvolveu a pesquisa “Avaliação de compostos com potencial terapêutico para Sars-CoV-2: enfoque em compostos com atividade estrogênica, moduladores da autofagia” com o objetivo de elaborar estudos e propostas técnico-científicas para avaliação dos impactos da pandemia de Covid-19 na Região Metropolitana de São Paulo, com foco nas áreas de maior vulnerabilidade. No mesmo período, a UFSCar realizou a pesquisa “Construção de uma nanopartícula inorgânica para estudar a geometria do vírus”(Alves Filho, *et al*., 2020).

6.1. UFABC

A Universidade Federal do ABC implementou o Plano Suplementar de Inclusão e Permanência Estudantil (PSIPE), que engloba estratégias voltadas para a inclusão e a permanência dos estudantes, priorizando as circunstâncias que afetam a capacidade deles de participar do ensino oferecido de maneira remota para discutir e tomar medidas visando o bem estar de seus discentes. Diante deste cenário, o PSIPE, em conjunto com a PROAP, executaram uma variedade de auxílios e iniciativas no contexto das políticas de apoio aos estudantes e das ações afirmativas.

Outra iniciativa é a colaboração interinstitucional que visa a ampliação dos serviços de apoio aos alunos. A parceria entre a UFABC, a Unifesp e o Ministério Público do Trabalho para promoção dos direitos dos povos indígenas e quilombolas, denominado Projeto Universidade Multicultural. A inclusão indígena e quilombola e a emancipação da trabalhadora doméstica resultou na distribuição de cestas básicas em comunidades indígenas e quilombolas na região do Vale do Ribeira e Eldorado. Além disso, uma cota dessas cestas foi destinada aos estudantes universitários dessas duas instituições. Por

meio dessa colaboração, foram entregues 465 cestas básicas a estudantes vulneráveis da UFABC (Unifesp, 2020).

Mais uma iniciativa da universidade, na mesma época, foi o Projeto sobre(viver), que tinha como finalidade apoiar a população LGBTQIA + em extrema vulnerabilidade socioeconômica, para o enfrentamento da Covid-19, mapeando-a de modo a possibilitar informação adequada sobre essa doença, o acesso a serviços de saúde, a políticas públicas de transferência de renda e de combate a violência (UFABC, 2020).

Mesmo a universidade não dispondo de uma unidade de atendimento específico para alunos pais e mães, no que diz respeito aos programas de assistência financeira, a instituição implementou alguma forma de auxílio, com o propósito de fornecer suporte às famílias com crianças, em quantias variadas (Santos, et al., 2021).

Além disso, a ProAP e o DCE da UFABC lançaram o Programa de Acesso e Permanência: Inclusão Digital Solidária. O objetivo é proporcionar computadores doados para estudantes socioeconomicamente vulneráveis da universidade por outros alunos do instituto para que esses dispositivos auxiliem nas atividades acadêmicas, pesquisa, ensino e extensão (UFABC, 2020).

Antes da pandemia, dentre as instituições aqui estudadas, somente a UFABC havia adotado a abordagem de auxílio emergencial. Entretanto, em vez de servir como uma fonte extra de renda para situações imprevistas, o auxílio emergencial na UFABC é direcionado para alunos que anteriormente não foram contemplados nos editais regulares de apoio financeiro. Durante o período de isolamento social, a modalidade se manteve (Santos, et al., 2021).

Foram apresentados atendimentos psicológicos *online* de emergência, que são uma iniciativa de apoio emocional diante da crise, oferecendo atendimento e orientação psicológica online. Disponível para qualquer pessoa com acesso à internet, a ação procura estar próxima de quem está passando por vulnerabilidades emocionais, proporcionando ferramentas e estratégias para enfrentar a situação de crise (UFABC, 2020).

6.2. UFSCAR

A UFSCar deu início aos primeiros exames para detecção da COVID-19, em uma iniciativa para monitorar e conter a propagação do vírus. Também foi fornecido álcool 70%

e solução glicerinada para instituições. A universidade realizou um mapeamento abrangente dos estudantes em situação de vulnerabilidade, com o intuito de fornecer o suporte necessário durante esse período desafiador, visando garantir que nenhum aluno seja deixado para trás.

A administração da Moradia Estudantil foi coordenada em cooperação entre o ProACE, o Comitê de Controle e os próprios estudantes. Para garantir a segurança, a Moradia Estudantil foi tratada como um condomínio residencial comum, com estratégias anti-Covid-19 adequadas. Quanto aos estudantes que poderiam retornar com segurança às suas cidades natais, a UFSCar forneceu recursos financeiros para facilitar esse retorno (InformaSus, 2020). Devido ao fechamento dos Restaurantes Universitários, foram disponibilizadas marmitas como alternativa, entretanto, posteriormente, foi adotada a prática de entregar kits alimentícios aos estudantes de permanência (UFSCar, 2020).

Em relação ao acesso à internet dos alunos, foi realizado um levantamento abrangente das necessidades destes em relação a equipamentos de informática e conectividade. Com base nas informações coletadas no mapeamento, foram estudadas diversas alternativas tecnológicas viáveis para atender às demandas dos estudantes e, por fim, ocorreu o fornecimento de computadores e *chips* de internet para os mesmos (UFSCar, 2020).

Visando a saúde mental de seus alunos, a UFSCar disponibilizou serviços específicos. Isso engloba um programa de apoio para o luto, direcionado a indivíduos que perderam seus entes queridos devido à pandemia, além do estabelecimento de um grupo para o desenvolvimento do autocontrole da ansiedade entre os estudantes — ambas as iniciativas de maneira virtual —, com o intuito de oferecer um suporte institucional que fortalecesse a rede de saúde destinada aos alunos (ProACE, 2020).

Na UFSCar, também foi implementada uma forma emergencial de apoio durante a pandemia, embora tenha sido designada com o nome "Benefício de Suporte à Permanência". Esse auxílio foi direcionado para alunos que não foram selecionados nas convocações regulares do programa de auxílios. O valor do benefício era de R$139,64, e possuía vagas limitadas (CoACE, 2020).

6.3. UNIFESP

A Unifesp, que possui uma ampla gama de serviços de saúde destinados aos seus estudantes, empreendeu a tarefa de supervisionar e seguir de perto aqueles que apresentavam sintomas suspeitos de COVID-19. Isso ocorreu mesmo em momentos em que certos serviços precisaram ser temporariamente interrompidos, a fim de reestruturar sua disponibilidade (Unifesp, 2022).

A Universidade não possui moradias estudantis em seus campi, o que representa uma lacuna no suporte aos alunos em maior necessidade nesse aspecto. No entanto, as três universidades oferecem auxílios relacionados à moradia, cada um com características distintas. Embora não sejam formalmente chamados de "auxílio moradia", o auxílio consolidado da Unifesp visa atender a essa necessidade por meio do valor total concedido. Além disso, a Diretoria do campus São Paulo publicou um edital que estabelece diretrizes para a solicitação de moradia temporária por parte dos Residentes Médicos. Isso visou proporcionar condições para a permanência e aprimoramento da formação profissional dos Residentes. Quanto ao acesso ao Restaurante Universitário (RU), a instituição inicialmente fechou as operações dos restaurantes, mas posteriormente reabriu a unidade no campus São Paulo para fornecer marmitas aos alunos dos cursos na área da saúde. Também foram realizadas campanhas de arrecadação, tanto financeiras quanto de materiais, para adquirir e distribuir cestas básicas, produtos de higiene e limpeza aos estudantes em maior situação de vulnerabilidade. A Universidade não oferece creche universitária para alunos tutores legais, e o auxílio-creche permaneceu sem alterações durante o período de pandemia.

No que se refere à inclusão digital de seus estudantes, a universidade registrou os estudantes que necessitavam desses recursos, com o propósito de assegurar que possam realizar suas atividades acadêmicas em casa, explorando opções como a compra ou locação de equipamentos de informática, bem como parcerias com empresas de telecomunicações para oferecer planos de dados e acesso à internet para os alunos em situação de vulnerabilidade. A universidade também estabeleceu um auxílio financeiro de caráter temporário com a liberação dos 40% dos recursos destinados ao PNAES. No mês de abril de 2020, foi introduzido um auxílio emergencial de R$100,00 que teve duração de dois meses (Praepa, 2020).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sites oficiais e documentação governamental das instituições analisaram como os programas de assistência estudantil em São Paulo reestruturaram suas abordagens para atender às novas necessidades sociais e econômicas decorrentes da pandemia. As ações foram adaptadas levando em consideração as restrições estruturais e orçamentárias impostas durante o período da pandemia.

As universidades lidaram com a questão do cuidado com a saúde física e mental dos estudantes de maneiras diferentes. A UFABC não fez modificações na disponibilidade de serviços de saúde, enquanto a UFSCar e a Unifesp, que possuem infraestrutura abrangente de serviços de saúde, acompanharam os estudantes com suspeitas de COVID-19, adaptando sua oferta de serviços quando necessário. A UFSCar se destacou ao oferecer serviços de apoio específicos, incluindo um programa de apoio ao luto para aqueles que perderam familiares durante a pandemia.

Das três universidades pesquisadas, apenas a UFSCar oferece moradia estudantil, que continuou operando com capacidade reduzida durante a pandemia. Além de fornecer auxílio moradia, a UFSCar introduziu kits de higienização e auxílio para alunos que poderiam voltar para suas casas. A UFABC e a Unifesp não possuem moradias estudantis em seus campi, mas oferecem auxílios para suprir essa necessidade.

Todas as três universidades possuem restaurantes universitários, com a UFSCar mantendo os seus abertos, oferecendo marmitas gratuitas para alunos vulneráveis e implementando um auxílio alimentação como alternativa. A Unifesp fechou os restaurantes, mas reabriu o do campus de São Paulo para alunos de cursos de saúde. A UFABC fechou seus restaurantes e mudou seus editais, fornecendo auxílio financeiro para alimentação em vez da gratuidade no restaurante universitário.

Em relação ao apoio para estudantes que são pais ou mães, apenas a UFSCar oferece uma creche universitária, que continuou operando remotamente. Os auxílios para esses alunos não sofreram alterações em nenhuma das universidades, mantendo-se vigentes durante o isolamento.

Todas as instituições adotaram iniciativas de inclusão digital para garantir que os alunos pudessem participar das aulas remotas. Isso incluiu o fornecimento de equipamentos e chips de internet para os alunos, com cada universidade seguindo seus próprios critérios de implementação dessas iniciativas.

Antes da pandemia, somente a UFABC disponibilizava o auxílio emergencial aos seus alunos. Entretanto, em decorrência da situação, tanto a Unifesp quanto a UFSCar introduziram essa modalidade como um apoio temporário para os estudantes em maior necessidade, de modo a compreender que a conectividade é fundamental para garantir que todos os alunos pudessem continuar a acessar a educação durante às, até então, novas demandas impostas pela crise sanitária. A seguir, um quadro resumindo os serviços prestados e as medidas adotadas por cada universidade durante a pandemia:

Quadro 1 — Ações das universidades analisadas para com os alunos de permanência durante a pandemia de Covid-19.

AÇÕES	UFABC	Unifesp	UFSCar
Cuidado com a saúde mental	✅	✅	✅
Cuidado com a saúde física		✅	✅
Moradia estudantil			✅
Auxílio moradia	✅	✅	✅
Restaurante Universitário		Apenas uma unidade aberta	✅
Auxílio alimentação	✅		✅
Distribuição de alimentos	✅	✅	✅
Distribuição de produtos de higiene		✅	✅
Creche universitária			✅
Auxílio creche	✅	✅	✅
Auxílio emergencial	✅	✅	✅
Inclusão digital	✅	✅	✅

Fonte: quadro elaborado pela autora do trabalho

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 teve impactos significativos em todo o mundo, sendo a resposta do governo brasileiro marcada por falhas na prevenção, má gestão de recursos e assistência insuficiente aos vulneráveis. As universidades federais do Brasil enfrentaram desafios multifacetados, incluindo o fechamento de laboratórios de pesquisa, cancelamento de atividades extracurriculares e pressões financeiras.

A assistência estudantil também se tornou um ponto crítico. Muitos alunos dependiam das refeições nos restaurantes universitários, auxílios de moradia e outras formas de suporte, que foram afetados pela suspensão das atividades presenciais. A vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes se acentuou, demandando respostas rápidas e eficazes por parte das universidades. Apesar dos desafios, as universidades federais investigadas durante este projeto demonstraram resiliência e adaptabilidade.

Nesse contexto, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) se destacou positivamente, adaptando-se eficazmente para manter serviços essenciais, apoiando a saúde e o bem-estar dos alunos, e colaborando de maneira eficaz com a comunidade acadêmica. A Universidade Federal do ABC (UFABC) teve um conjunto mais limitado de iniciativas em assistência e permanência, destacando a importância de uma abordagem proativa para enfrentar os desafios da pandemia, especialmente considerando a vulnerabilidade socioeconômica e emocional dos estudantes.

A avaliação da resposta das universidades à pandemia é complexa e influenciada por vários fatores, incluindo contexto, recursos e decisões administrativas. A análise comparativa destaca a diversidade de abordagens adotadas e a necessidade de adaptação ágil para atender às necessidades da comunidade acadêmica em circunstâncias desafiadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, A.; ARAÚJO, F. R.; MACEDO, M. N.; & ARAÚJO, M. A. D. **Universidades Públicas Federais no Enfrentamento ao Coronavírus:** mobilização e construção de capacidades e lições aprendidas. Natal: EDUFRN, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30222>. Acesso em 21 jul. 2023.

BRASIL. **Cresce o número de matrículas no ensino à distância, aponta Censo da Educação Superior.** Educação e pesquisa, 04 nov. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/11/cresce-o-numero-de-matriculas-no-ensino-a-distancia-aponta-censo-da-educacao-superior. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/lein9394.doc>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país.** 2003-2014. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934). **Capítulo II -** Da Educação e da Cultura. Art. 149. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946. **Capítulo II -** Da Educação e da Cultura. Art. 172. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pnaes> Acesso em: 05 jun. 2022.

Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantes (CoACE). **Resolução CoACE nº 15, de 20 de agosto de 2020.** São Carlos, 2020. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/acoes-da-proace-contra-a-covid-19/arquivos/resolucao15coace20082020.pdf>. Acesso em 20 ago. 2023.

CESPEDES, J. G.; MINHOTO, M. A. P; OLIVEIRA, S. C. P.; & ROSA, A. S.. **Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo.** *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas em Educação*, *29* (113). p. 1067–1091. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021000290241 8>. Acesso em 03 ago. 2023.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S.. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ**., Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <doi: 10.1590/S0104-40362017000100006>. Acesso em: 02 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMPERATORI, T. K.. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

InformaSus UFSCar. **Comitê Divulga Plano de Contingências para o Controle da COVID-19 na UFSCar.** São Carlos, 2020. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/comite-divulga-plano-de-contingencias-para-o-controle-da-covid-19-na-ufscar/> Acesso em: 21 ago. 2023.

MANCEBO, D., VALE; A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira De Educação,** v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>. Acesso em: 11 mar. 2023.

Ministério da Educação: Universidade Federal de São Paulo - Campus São Paulo. **Edital campus São Paulo Nº 03/2020**. Disponível em: <https://www.sp.unifesp.br/images/CSP/USER/editais/EDITAL_03_2020_-_MORADIA_RESIDENTES_2020.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MORAES, Juliana Vieira de., KHALAF, Daiana Kloh., FREIRE, Márcia Helena de Souza., STRAPASSON, Sabrina., & MENDONÇA, Roseli Camargo. (2023). **Enfrentamento da pandemia de COVID-19 retratado nas Universidades Públicas Federais do Brasil.** Acta Paulista De Enfermagem, 36, eAPE 00401. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2023AO00401>. Acesso em 31 jul. 2023.

NARIMATSU, J. **Saiba mais sobre os auxílios e bolsas estudantis da Unifesp**. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-anteriores/item/6299-saiba-mais-sobre-os-auxilios-e-bolsas-estudantis-da-unifesp>. Acesso em: 23 maio 2023.

PAULA, M. F. C. **Políticas de democratização da educação superior brasileira:** limites e desafios para a próxima década. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002>. Acesso em 30 jun. 2023.

Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas UNIFESP (PRAE). **Edital Auxílio Estudantil Emergencial COVID-19.** Editais publicados. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prae/publicacoes/publi/editais-publicados/529-edital-auxilio-estudantil-emergencial-covid-19>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis UFSCar (ProACE). **Ações da ProACE contra a COVID-19.** São Carlos, 2020. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/acoes-da-proace-contra-a-covid-19/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Pró-reitoria de Graduação UNIFESP. **Plano Emergencial para Permanência Estudantil durante a pandemia por coronavírus na Unifesp.** Reitoria. São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/phocadownload/CG/Anexo_Plano%20Emergencial%20PRAE.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANCHES, R. R. **As políticas de assistência estudantil no Brasil.** Pesquisa de Pós-Doutorado realizada junto ao Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar - São Carlos (SP). 20 p. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/39583261-Titulo-as-politicas-de-assistencia-estudantil-no-brasil-title-student-assistance-policies-in-brazil-dr-rodrigo-ruiz-sanches.html>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SANTIAGO, S. N. **A política de assistência estudantil no governo Lula:** 2003 a 2010. 2014. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2014.

SANTOS, E. H. M; MENDES, R. O; MOREIRA, A. C. G. S. S; SANTOS, C. K.A **Assistência Estudantil e a COVID-19:** o contexto das universidades federais paulistas. Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros (MG), volume 5, número 2, jul./dez. 2021.ISSN 2527-1849.

SOUSA, L. M. **Significados e sentidos das casas estudantis:** um estudo com jovens universitários. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2004>. Acesso em: 02 out. 2022.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). **Apresentação.** Institucional. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.ufscar.br/a-ufscar/apresentacao>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). **Covid-19.** São Carlos, 2020. Disponível em: <https://www.ufscar.br/covid19>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). **Apresentação**. Institucional. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.unifesp.br/institucional/institucionalsub/apresentacao>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

Universidade Federal do ABC (UFABC). **Ações da UFABC contra a Covid-19.** Santo André, 2020. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/acoes-da-ufabc-contra-covid-19/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Universidade Federal do ABC (UFABC). **Sobre.** Santo André: UFABC. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/sobre> Acesso em: 06 mar. 2023.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica,** Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

VELOSO, T. C.BM. A.; MACIEL, C. E. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão,** v. 51, n. 37, p. 224–250, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178>. Acesso em: 16 out. 2022.